

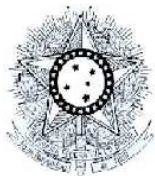
**Discurso proferido na sessão de 25 de abril de 1984,  
publicado no DCN de 26 de abril de 1984, página 729.**

**O SR. JOÃO AGRIPINO** (PMDB-PB. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos sabemos que vivemos a mais grave crise da política, da economia, e da sociedade brasileira. Todos sabemos que a Revolução se exauriu, tendo destruído as lideranças, ora cassando-as, ora exigindo a sua subserviência. Todos sabemos que, agora, o próprio sistema militar dominante devolve aos políticos a solução da crise política, econômica e social do País. É hora, pois, de meditação e de bom senso. Faço minhas as palavras do Ministro Délio Jardim Mattos. Quando as li, pareciam-me do Brigadeiro Eduardo Gomes: “É hora de bom senso, lá e cá.”

É hora de meditação. Se nós, políticos, não tivermos condições de resolver a crise que vivemos, então daremos uma demonstração de incapacidade, de falta de liderança, de falta de habilidade na decisão. (Muito bem!).

Discute-se a eleição é direta ou indireta. Discute-se se é democrática a eleição direta. É democrática, sim, quando representa, através dos seus delegados, o pensamento da população. Mas não é democrática a eleição indireta no sistema brasileiro, porque não se compreende que o Estado de Rondônia tenha o mesmo número de delegados do Estado de São Paulo. Então, não há representatividade popular, e por isso ela é um ultraje à democracia e não é democrática.

Desde 1945 na Casa do Congresso, Deputado e Senador, assisti a dezenas e dezenas de crises sérias. Nunca vi qualquer membro das galerias atentar contra a segurança de um Parlamento. Não há exemplo na História do Brasil de um parlamentar ser coagido por alguém do povo. É falta de bom senso a decretação do estado de emergência na hora da votação desta emenda. É falta de bom senso porque, aos invés de consubstanciar os anseios populares, irrita ainda mais a vontade popular. É falta de bom senso porque ninguém contém excessos no estado de emergência, como prisões de deputados e de jornalistas. Vi um motorista ser algemado, deixando o carro na via pública, porque estava buzinando. E hoje assisti a um espetáculo que me deixou verdadeiramente apavorado: vinha eu para o Congresso, às 8 e pouco da manhã. Chegando a rodoviária, verifiquei que todos os carros estavam buzinando. Pensei que se tratava apenas de uma demonstração de protesto. Quando meu carro avançou – e talvez



## Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

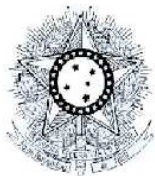
### Escrevendo a História - Série Brasileira

eu fosse o único a não buzinar – vi que estava a meu lado o carro do general Newton Cruz. Era um protesto evidente contra a sua autoridade. Ele, desarvorado no assento traseiro, procurava identificar as placas dos carros que estavam buzinando ao seu lado. Sinal fechado. Abriu o sinal e todos passaram.

O meu pavor, o meu susto está precisamente no fato de que, na hora em que o Brasil perder a confiança nas Forças Armadas, na hora em que perder o respeito pelas Forças Armadas, nada mais restará para se salvar neste País. Se as Forças Armadas estão conscientes dos riscos que estão correndo, cabe a elas tomar a iniciativa de devolver ao povo o direito de escolher e se recolherem aos quartéis, para cumprir sua missão constitucional de guardar a ordem e o respeito à Constituição vigente. (Muito bem!).

Lembro o exemplo de Getúlio Vargas, um dos grandes ditadores da República, mas sem dúvida um homem que tinha traços de estadista. Fez-se a eleição indireta em 1934, para reelegê-lo, depois da Revolução de 30. Mas, em 45, depois da Guerra, quando a Força Expedicionária regressou da Itália, Mascarenhas de Moraes, o seu comandante comunicou ao Presidente que era um anseio popular o retorno à democracia, pois a população brasileira não justificava que os nossos irmãos morressem na Itália, lutando contra o fascismo, e o Brasil continuasse fascista. Getúlio poderia ter tentado uma nova eleição direta, mas prontamente acedeu e convocou eleição direta. Fez seu candidato o então general Dutra, depois marechal, e nós fizemos Eduardo Gomes.

Getúlio, além de maquiavélico, um grande e hábil político, tinha como ministro da Justiça um dos maiores gênios políticos da malandragem e do artifício: Agamenon Magalhães. Agamenon Magalhães, através de uma lei do próprio Executivo – não havia Congresso nesse tempo – estabeleceu o alistamento **ex officio**: todos os empregados de qualquer empresa e funcionários públicos seriam alistados mediante apenas a remessa de lista à Justiça Eleitoral, e as empresas recebiam os títulos para entregar. E nós, da Oposição, teríamos de levar o eleitor à presença do juiz, para que ele escrevesse de próprio punho a petição por inteiro, para provar que sabia ler e escrever. Houve um movimento da opinião pública em favor do brigadeiro, e a UDN, que era constituída do partido de Raul Pila, do parlamentarismo, e de João Mangabeira e Hermes Lima, socialistas, chegou a acreditar na vitória, mas o alistamento **ex officio** nos derrotou fragorosamente. Nós respeitamos o resultado. Quando o relator afirma que a Emenda Dante de Oliveira é uma imposição, incorre num erro grave. A partir dessa derrota,



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

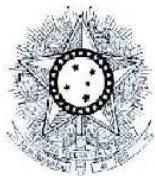
passamos a lutar contra a chapa de bolso, que era a instituição do coronealismo no Brasil, e conseguimos eliminá-la, embora sendo minoria. Conseguimos eliminar o alistamento **ex officio**, tudo à base de entendimento, porque naquele tempo havia homens no Congresso, de um lado e do outro, portadores de muito espírito público. (Muito bem). É necessário hoje, tanto do lado de cá quanto do lado de lá, que se reproduza esse episódio, se quisermos sair do impasse que aí está. Não se vislumbra mais nada de bom para o Brasil, nada de bom, nem em relação à escolha de candidatos, nem em relação ao regime democrático.

Ouço o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

**O Sr. Oswaldo Lima Filho** – Nobre Deputado João Agripino, V. Exa., com a experiência política que poucos apresentam nesta Casa, com a prudência que sempre o caracterizou, com a firmeza das convicções democráticas que todos lhe reconhecemos, aponta rumos, sobre os quais o Congresso deve meditar. Como V. Exa., é também fiel às aspirações democráticas que me reconduziram a esta Casa, voltarei pela aprovação da Emenda nº 5, de autoria do nobre Deputado Dante de Oliveira. Mas, secundando todas as observações de V. Exa., com as ressalvas naturais ao julgamento feito a eminentes políticos a quem segui, como Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, permitirá V. Exa. que apenas acrescente uma advertência ao Congresso, que em seguida pretendo transmitir em declaração de voto escrito. É que, ao instituir a eleição direta para Presidente da República, devemos todos, em sã consciência, assumir o irretratável compromisso de alterar profundamente esta Constituição. Um presidente eleito por votação direta, dispondo dos poderes absolutos contidos na Carta outorgada pela Junta Militar, não será um presidente, mas um ditador, com poderes que poderão vulnerar definitivamente a democracia brasileira. A votação, a instituição, a restauração da eleição direta que pretendemos realizar deve ser completada imediatamente com a correção dos defeitos dessa Constituição semifascista que nos foi imposta pela Junta Militar em 1969.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Muito agradeço ao Deputado que ilustra o meu discurso, meu companheiro de épocas passadas.

Sr. Presidente, vou além da reforma completa da Constituição; quero afirmar ao Congresso, com a experiência que tenho, que nenhum homem, seja do PDS, seja do PMDB, terá condições de governar este País, eleito através da eleição indireta, se não tiver o apoio popular. Ou ele tem o respaldo da sociedade, ou não tem condições de governar. Na eleição direta, o espantinho é um determinado cidadão – espantinho



**Câmara dos Deputados**  
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação  
**Escrevendo a História - Série Brasileira**

sobretudo para as áreas militares. Quero lembrar que, quando se tem medo ou se odeia alguém, muitas vezes o povo faz deste o grande desejo de vingança ou de proteção. Larguemos as antipatias e discutamos o problema da eleição direta. O Presidente manda uma mensagem em proclamação pública; reconhece que o povo quer mudanças e propõe a conciliação. Faltou-lhe, e meu ver, aquela missão inerente a um Presidente da República: a do estadista. Fosse ele estadista, teria concordado, de pronto, com a instituição da eleição direta e proposto a conciliação nacional. É o que faria Dutra. Logo depois de eleito, Dutra convocou a UDN para o entendimento, sob o fundamento de que, depois de 15 anos de ditadura, só com o partido que o sustentava dificilmente poderia governar o Brasil.

**O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy** – Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Ora, Sr, Presidente, nós não temos outra alternativa se quisermos sair deste impasse: aprovar, nesta sessão, a Emenda Dante de Oliveira, e caminhar para negociações em torno de bom senso e de espírito público. Tal deverá ser feito, de forma que não haja nem vencidos nem vencedores, mas, sim, o concurso de homens públicos, dos dois partidos, interessados em salvar o Brasil da crise em que se encontra.

**O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy** – Permite-me V. Exa. um parte?

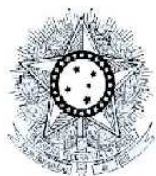
**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Se isso não se fizer, não poderemos augurar bons dias para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) – Nobre Deputado João Agripino, V. Exa. dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Quero lembrar que assisti a episódios mais dramáticos no Congresso: a morte de Getúlio Vargas. O povo todo estava nas ruas pedindo a sua renúncia. Teria havido um atentado contra Carlos Lacerda, meu companheiro de partido mais radical, e teria morrido – e morreu – o Major Vaz, oficial da Aeronáutica. A Aeronáutica tomou a si a apuração dos fatos e chegou-se a chamar a República do Galeão. Acusou-se Getúlio de corrupção. Apurou-se que Gregório, o seu guarda-costas, era o autor do crime. Apurou-se que Gregório e outras pessoas envolvidas estavam no regime de corrupção.

**O Sr. Gilson de Barros** – Hoje não é Gregório, hoje é o General Newton Cruz.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Então, fez-se o inquérito na Aeronáutica. A Aeronáutica foi ao Exército e o Ministro da Guerra de então foi ao Presidente comunicar-lhe que ele



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

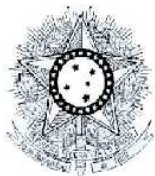
não teria alternativa se não renunciasse. Getúlio Vargas optou pelo suicídio. Nós, da UDN, que reclamávamos a sua renúncia – e na véspera o Deputado Afonso Arinos proferira um veemente discurso pedindo que Getúlio renunciasse – entramos num trauma violento. Aquela mesma população que estava nas ruas pedindo a sua renúncia, virou-se contra nós e ficou ao lado de Getúlio. Não trocou a camisa, ninguém sustenta esse estado emocional até 46. Precisamos ter bom senso para decidir a favor do povo. E o somos nesta Casa? Com licença dos Senadores, somos os representantes do povo. Se o povo quer eleições diretas – e não há mais dúvidas sobre isso -, não temos o direito de traí-lo (Muito bem! Palmas). Temos obrigação de cumprir o mandato que recebemos. Os Senadores que representam os Estados, são, sem dúvida, também representantes do povo brasileiro, e não podem deixar de ter o mesmo sentimento. É possível que alguém vote contra a Emenda e que se salve em 1986, mas serão poucos os que se salvarão. Lembremo-nos de que nesta Legislatura mais de 50% dos representantes do povo não retornaram ao Congresso Nacional. Na próxima, não sei se voltarão 30 ou 40%.

É importante, Sr. Presidente, lembrar ainda os golpes de Estado depondo Carlos Luz e Café Filho – o Exército na rua cercava o Congresso – a reunião de deposição de Carlos Luz. As galerias estavam cheias de soldados do Exército e todos de metralhadoras nas mãos. Nas portas de entrada do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, havia três soldados de um lado e três do outro, com metralhadoras apontadas para nós, que passávamos pelo centro. Na abertura da sessão, pedi a palavra, pela ordem, e perguntei ao Presidente, então nosso correligionário Deputado Flores da Cunha, em nome de quem ele presidiu aquela sessão. Não era em nome da UDN, porque a UDN não tinha a tradição de traição; não era em nome do Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul não era conhecido como traidor.

Perguntei: “Para quem e por que aquele aparato militar? Se era para os garantir, mandasse retirá-lo, porque não precisávamos de garantias; se era para atemorizar, mandasse retirá-lo, porque não nos atemorizaríamos; se era para garantir os seus correligionários, mandasse retirá-lo, porque não tínhamos propostas agressivas”.

S. Exa., ao me responder, declarou: “Vou responder à questão de ordem do meu ex-correligionário e ex-amigo João Agripino”. Disse que “presidia a reunião em nome do Brasil” – e mandou retirar toda a tropa da Casa. (Palmas).

Sr. Presidente, a minha conclamação nesta hora é no sentido da meditação. Se o Governo reconhece que o povo quer eleições diretas, é preciso um gesto de grandeza



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

concedendo-a. Estamos prontos ao entendimento e à conciliação, mas vamos atender ao anseio do povo. O povo também não quer uma luta entre os partidos; o povo quer o direito de escolher e quer que os partidos escolham bem os seus candidatos. Desgraçado o partido que escolher mal! Se o PMDB escolher mal, saiba que irá para a derrota.

**O Sr. Aluizio Campos** – Não se faz conciliação com ameaça de baioneta.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** – Ninguém pensa que só há homens de bem no PMDB. Há homens de bem PDS, há homens de bem no PTB, há homens de bem no PDT, há homens de bem no PT, há homens de bem em todos os partidos, e qualquer um deles poderá ser candidato à Presidência da República, desde que o povo tenha por ele preferência. (Muito bem! Palmas).

O que não é possível é a imposição de um nome, Sr. Presidente, seja ele qual for, com uma parcela mínima, nas pesquisas de opinião pública, de aceitação popular. O meu convite nesta hora, para terminar, é de apoio a V. Exa., Sr. Presidente do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas). Devemos prestigiar o Presidente do Congresso Nacional, sejam quais forem as suas decisões, porque o que está em jogo é o prestígio do Congresso Nacional. As medidas de emergência – essa infelicidade decretada – não tiveram outro objetivo senão o de impedir a transmissão ao vivo desta sessão, pela televisão e pelo rádio (Palmas). Este, sim, seria o instrumento de pressão sobre o comportamento dos representantes do povo nesta Casa. Não era a garantia ao Congresso, porque nenhum Congressista se sentiu ameaçado ou receoso de sofrer atentado. Sofreu, sim, do General Newton Cruz. Dois Deputados foram presos, e ele disse que os soltou porque precisavam votar, como quem diz: se não precisassem votar, não estariam soltos; a imunidade não existe. Não quero, Sr. Presidente, analisar o mérito ou demérito do General Newton Cruz. Mas o que me impressiona é a animosidade que se está criando contra ele, deturpando a imagem das Forças Armadas, comprometendo a imagem das Forças Armadas. Considero uma imprudência do Governo a nomeação do General Newton Cruz, por maiores que sejam as suas qualidades, para presidir as medidas de emergência.

Sr. Presidente, companheiros, muito obrigado pela atenção. (Muito bem! Palmas).